

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020 e
Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações dos resultados	17
Demonstrações dos resultados abrangentes	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. – (“CCR SPVias” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A CCR SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 79 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do estado de São Paulo e o estado do Paraná.

A Companhia conta com 648 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 936 mil habitantes.

A Companhia desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2021

Destaques financeiros

- Captação de Debêntures em março no valor de R\$ 490.000 a CDI + 2,00% a.a.;
- Captação de Debêntures em agosto no valor de R\$ 480.000 a CDI + 1,85% a.a.;
- Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 134.108; e
- Pagamento de Juros s/ Capital Próprio de R\$ 12.965.

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2021 foram constatadas 44 mortes, ou seja, uma redução de 59,3% no número de mortes.

As obras listadas abaixo, foram entregues em 2021:

Recuperação do pavimento das rodovias (pista e trevos)

- SP255 - km 237+770 e km 288+190 - Avaré / Itaí;
- SP127 - km 105+900 e km 148+350 - Tatuí / Itapetininga;
- SP258 - km 222+800 ao km 342+670 - Capão Bonito / Itararé
- SP270 – km 115+500 ao km 168+210 – Araçoiaba da Serra/ Itapetininga
- SP280 - km 129+600 ao km 315+030 - Tatuí / Santa Cruz do Rio Pardo.

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. José Salim Kallab Fraiha, enquanto o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Rogério Cezar Bahú. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Gardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Na busca constante em capacitar seus colaboradores a Companhia investiu em vários treinamentos via *Web* e presencial treinando 526 funcionários ao longo do ano de 2021.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A Companhia acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

3.2 Desempenho

Em R\$ mil	2020	2021	Var.%
Receita líquida	631.939	675.487	6,89%
Receita de pedágio	654.546	725.417	10,8%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	30.058	8.408	-72,03%
Outras receitas	4.619	4.906	6,21%
(-) Deduções da receita bruta	(57.284)	(63.244)	10,40%
(-) Custos e despesas (a)	(296.233)	(415.098)	40,13%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(30.058)	(8.408)	-72,03%
Demais custos e despesas	(266.175)	(406.690)	52,79%
(-) Resultado Financeiro líquido	(51.828)	(71.909)	38,75%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(92.702)	(59.587)	-35,72%
Lucro líquido	191.176	128.893	-32,58%
(+) Resultado Financeiro líquido	51.828	71.909	38,75%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	92.702	59.587	-35,72%
EBIT (b)	335.706	260.389	-22,44%
Margem EBIT	53,12%	38,55%	-27,44%
Margem EBIT ajustada (c)	55,78%	39,03%	-30,02%
(+) Depreciação/amortização	155.175	214.959	38,53%
EBITDA (b)	490.881	475.348	-3,16%
Margem EBITDA	77,68%	70,37%	-9,41%
(+) Provisão de manutenção (d)	5.639	(27.219)	-582,69%
EBITDA ajustado	485.242	502.567	3,57%
Margem EBITDA ajustada (e)	80,62%	75,34%	-6,55%
Endividamento bruto (f)	1.258.069	1.311.014	4,21%
Investimentos	42.264	276.731	554,77%
Veículos equivalentes (em milhares)	58.891	61.760	4,87%

- (a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos bens e/ou serviços vendidos, Despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais;
- (b) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

3.2.1 Receita operacional

A Receita de pedágio totalizou em 2021, R\$ 725.417 (10,8% sobre 2020). O acréscimo da receita de pedágio é essencialmente reflexo do aumento de tarifa e de tráfego em virtude da flexibilização das medidas de isolamento social adotadas por conta do COVID-19.

3.2.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 40,1% em relação a 2020, perfazendo R\$ 415.098 no ano de 2021. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 8.408, uma redução de 72,03% em relação a 2020 devido aos pagamentos de custos adicionais, decorrentes do reequilíbrio da obra de Duplicação da Rodovia João Mellão (SP255) entre o km 254+280 e o km 264+420 e execução da Revitalização da Ponte Carvalho Pinto na Rodovia João Mellão (SP255), ocorridos em 2020.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 27.219 e apresentou um aumento de 582,7% em 2021 em relação ao ano de 2020, visto que em 2021, foram realizadas revisões nas soluções e estimativas de custos com manutenções necessárias para atendimento ao novo ciclo de manutenção no pavimento decorrente ao Acordo preliminar firmado com o Estado em 29 de junho de 2021, prevista até setembro de 2028 e das obrigações contratuais, firmadas no contrato de concessão e com as aprovações dos projetos de intervenção junto ao Poder Concedente, impactando no aumento da provisão de manutenção a ser realizada nos próximos exercícios, inclusive em 2021.
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 214.959 no ano de 2021. O crescimento de 38,53% ocorreu em função dos investimentos que entraram em operação e, especialmente, da amortização decorrente do acordo preliminar.
- O custo de outorga atingiu R\$ 12.053. O aumento de 10,3% deve-se principalmente ao aumento da receita de pedágio que teve como principal reflexo o aumento de tarifa e de tráfego devido a flexibilização das medidas de isolamento social e decreto de quarentena no estado de São Paulo, que vigoram desde março de 2020, por conta da pandemia do COVID-19.
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 85.562 no ano de 2021, um aumento de 75,7% em relação a 2020, devido aos serviços de obras conservação de rodovias. Em 2021 foi necessária a realização da recuperação de pavimento gerencial para manutenção das condições das rodovias e atendimentos aos pontos mais críticos identificados na revisão de projeto.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 36.736 no ano de 2021, registrando um aumento de 8,19% quando comparado com o ano de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente ao reflexo das adequações de pessoal e do efeito do dissídio.
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 30,86% e atingiram R\$ 30.161 no ano de 2021. Esse aumento deve-se, principalmente, ao efeito de provisão / baixa de processos jurídicos, doações realizadas ao Instituto CCR, gastos com combustíveis, manutenção de veículos, aquisição de materiais para manutenção e conservação devido aos reajustes dos preços sofridos por esses itens e ao aumento das demandas operacionais.

3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2021 o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 71.909 comparado a um resultado negativo de R\$ 51.828 em 2020. O aumento de 38,75%, ocorreu principalmente, pela captação de Debêntures e variação do indexador CDI.

3.2.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 128.893 atingindo uma redução de 32,58% quando comparado ao ano anterior, principalmente em virtude da amortização do acordo preliminar, firmado com a Artesp em 29 de junho de 2021.

3.2.5 Dívidas

No ano de 2021 a dívida bruta alcançou R\$ 1.311.014 em comparação a R\$ 1.258.069 em 2020.

Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representa 100% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representa 73,75%.

3.2.6 Investimentos

A Companhia investiu cerca de R\$ 276.731, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280 em 2021. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP-255 – Rodovia João Mellão

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia e trevos - km 237+770 e km 288+190 - Avaré / Itai;
- Revitalização da Sinalização Horizontal da Duplicação do trecho urbano de Avaré – km 254+180 ao 261+400;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 259+160; e
- Recuperação de Obras de Arte Correntes – km 252+000.

SP-270 – Rodovia Raposo Tavares

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia e trevos - km 115+500 ao km 168+210 – Araçoiaba da Serra/ Itapetininga;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 157+700, km 161+470, km 163+100 e km 165+580; e
- Recuperação de Obras de Arte Correntes – km 165+400 e km 164+300.

SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia e trevos - km 222+800 ao km 342+670 - Capão Bonito / Itararé;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 224, km 263, km 289+015, km 336+050 e km 338+110;
- Recuperação de Obras de Arte Correntes – km 237+018 e km 320+000; e
- Implantação e adequação de Caixas de Retenção de Produtos Perigosos - km 282+700 ao 284+700.

SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia e trevos - km 158+300 ao km 213+150 - Itapetininga / Capão Bonito;
- Revitalização da Sinalização Horizontal da marginal de acesso à indústria NOMA – km 116+700;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 162+000 e km 213+250; e
- Recuperação de Obras de Arte Correntes – km 148+200 e km 177+360.

SP-280 – Rodovia Castelo Branco

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia e trevos - km 129+600 ao km 315+030 - Tatuí / Santa Cruz do Rio Pardo;
- Recuperação estrutural do 1º e 2º Viaduto da Serra de Botucatu - km 204+990 e km 205+915;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 172+000, km 183+015, km 190+465, km 193+000, km 217+130, km 271+525 e km 281+900;
- Recuperação de Obras de Arte Correntes – km 141+035, km 143+000, km 148+662, km 192+972, km 199+500, km 236+000, km 239+978 km 284+000, e km 301+000;
- Recuperação de erosão e do sistema de drenagem no km 312+000; e
- Recuperação de erosão do Talude no km 175+400.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessoria o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo:

www.ccr.com.br/ri

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.

- *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 que gerencia o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte.

Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia:

- **Projeto Itinerantes** – No ano de 2021, os projetos itinerantes – Phototruck (Fotoitinerante) Teatro a Bordo (Histórias para Ler e Ouvir), apoiados via incentivos fiscais, os dois projetos impactaram 1.973 pessoas, esses projetos foram executados em sete municípios limediros e um de influência da CCR SPVias, levando educação, cultura e entretenimento. Devido à pandemia do Covid – 19, os projetos precisaram se reinventar. O projeto do Teatro a Bordo, desenvolveu oficinas de contação de histórias, de forma online, para cinco municípios no trecho da SPVias: Avaré, Itararé, Itapeva, Itapetininga e Tatuí. Já o projeto do Phototruck, desenvolveu oficinas de fotografia digital de forma remota e a visita presencial do truck com a exposição das produções fotográficas dos alunos e professores das cinco escolas participantes dos municípios de Tatuí, Alambari, Capela do Alto e Sarutaia.
- **Programa Caminhos para Cidadania** –O Programa Caminhos para a Cidadania tem o objetivo de capacitar os professores para serem multiplicadores de conceitos relativos à cidadania, para alunos do 1º ao 5º ano das redes públicas de ensino. O programa, na CCR SPVias, alcançou cerca de 36.000 alunos, 1289 professores, 166 coordenadores pedagógicos em 161 escolas e 23 coordenadores municipais em 21 municípios da região. Durante o ano foram realizadas diversas atividades como: dois cursos EaD para os professores, 76 materiais educativos no site do programa (www.caminhosparaacidania.com.br), seis eventos online: Workshop para gestores educacionais, 1º Seminário de Educação; duas lives de alinhamento e orientação, evento do Dia do Professor e encerramento anual, além do 1º Concurso Cultural Práticas Inovadoras na Educação que premiou sete professoras com notebook e suas escolas com um projetor ou uma TV.
- **Estrada para a saúde** – O Programa Estrada para a Saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde integral dos motoristas (física e mental), bem como a saúde do caminhão. Na CCR SPVias foram realizadas ações itinerantes com a presença de enfermeiros, voluntários do Projeto Help (Cantinho do Desabafo), parceiros e outros colaboradores a fim de oferecer exames gratuitos de colesterol, glicemia e aferição da pressão arterial, bem como a distribuição de material educativo, orientação sobre saúde e qualidade de vida. Em dois desses eventos houve a presença da ouvidora da Concessionária que divulgou o canal da Ouvidoria aos caminhoneiros. Para a saúde do caminhoneiro, foi realizado check up gratuito nos caminhoneiros. Em 2021, foram realizados três eventos no município de Alambari com um total de 437 exames, 172 check up de caminhões e 280 atendimentos no Cantinho do Desabafo, pelo Projeto Help.

- **Campanha do Agasalho** – A CCR SPVias doou 200 cobertores novos, embalados pelo Fundo Social de Solidariedade de Tatuí (FUSSAT), em apoio à Campanha Inverno Solidário, realizada pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo em 2021.
- **Ação de Combate ao Coronavírus – Varal de Máscaras:** Com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia de coronavírus, foram realizadas ações para doação de máscaras de tecido aos pedestres que utilizam nossas passarelas.
- **Campanha de Combate à Fome** – Em apoio às famílias em situação de vulnerabilidade em razão da pandemia Covid-19, foram distribuídas 927 cestas básicas em oito municípios lindeiros. Essa ação fez parte da Campanha Band Contra a Fome, em parceria com a CUFA-Central Única das Favelas.

4.1 Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2021, não houve premiações referentes à Concessionária do Ano, premiação realizada pela ARTESP (Agência Regulamentadora de Transportes do Estado de São Paulo). Isso porque as premiações sempre são relacionadas às ações do ano anterior, no caso, 2020, ano em que as Concessionárias não puderam executar as ações planejadas devido à pandemia do Coronavírus.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Companhia agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e Administradores da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.**
Tatuí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1

Veja a nota explicativa 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme nota explicativa 11, em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 referente ao contrato de concessão da Companhia que resultou no pagamento de R\$ 263.000 mil devido a ocorrência de eventos de desequilíbrios econômico-financeiros em favor do Poder Concedente.</p> <p>Como os desequilíbrios estão relacionados ao direito do operador cobrar uma taxa dos usuários dos serviços públicos, a Companhia aplicou o modelo do ativo intangível e reconheceu a transação de acordo com o CPC 04 da seguinte forma: (ii) despesas de R\$ 36.987 mil referentes ao período já incorrido do contrato de concessão; e (ii) um ativo intangível no valor de R\$ 226.013 mil referente ao período remanescente do contrato de concessão.</p> <p>Esse tema foi considerado significativo para a nossa auditoria devido: (i) ao julgamento exercido pela Companhia na aplicação da política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos dos desequilíbrios econômico-financeiros nas demonstrações financeiras, e (ii) o grau de habilidade e conhecimento necessário para tratar e avaliar o resultado desse assunto.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Leitura do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº1 e sua aplicabilidade ao CPC 04, incluindo o envolvimento de membros com conhecimento especializado necessário para aplicar a política contábil e avaliar os respectivos resultados.– Confronto dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras com os valores acordados no Termo Aditivo.– Recálculo com base no prazo incorrido e a incorrer dos montantes registrados no resultado do exercício e no ativo intangível da Companhia.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e a divulgação desses desequilíbrios econômico-financeiros, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balances patrimoniais
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	79.451	161.008	Debêntures	13	344.158	567.060
Aplicações financeiras	6	13.850	18.619	Passivo de arrendamento	12b	298	297
Contas a receber	7	51.664	42.385	Fornecedores		11.378	11.456
Contas a receber - partes relacionadas	9	59	21	Contas a pagar - partes relacionadas	9	6.982	1.150
Tributos a recuperar		399	498	Cessão onerosa - partes relacionadas	9	4.848	38.192
Adiantamento a fornecedores		-	23	Obrigações sociais e trabalhistas		6.303	4.730
Despesas antecipadas		2.785	1.875	Imposto de renda e contribuição social		20.674	26.281
Contas a receber - operações com derivativos	19	2.041	-	Impostos e contribuições a recolher		4.614	2.723
Outros créditos		74	41	ISS a recolher		3.700	3.247
Total do ativo circulante		<u>150.323</u>	<u>224.470</u>	Obrigações com o poder concedente		1.139	1.083
				Provisão de manutenção	15	-	971
				Contas a pagar - operações com derivativos	19	-	538
				Outras contas a pagar		4.809	7.997
				Total do passivo circulante		<u>408.903</u>	<u>665.725</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	13	966.856	691.009
Tributos a recuperar		63	61	Passivo de arrendamento	12b	125	406
Contas a receber - operações com derivativos	19	-	587	Fornecedores		2.053	-
Depósitos judiciais		88.071	61.658	Cessão onerosa - partes relacionadas	9	-	4.760
		<u>88.134</u>	<u>62.306</u>	Provisão de manutenção	15	29.901	1.375
				Tributos diferidos	8b	26.363	37.518
				Pis e cofins diferido		328	170
Imobilizado	10	31.937	34.996	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	9
Intangível	11	1.426.494	1.368.940	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14	9.340	11.469
Infraestrutura em construção	11	8.420	789	Total do passivo não circulante		<u>1.034.966</u>	<u>746.716</u>
Direito de uso e arrendamento	12a	391	680	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<u>1.555.376</u>	<u>1.467.711</u>	Capital social	16a	205.225	205.225
				Reserva de lucros	16c	56.605	31.851
				Dividendo adicional proposto	16e	-	42.664
						<u>261.830</u>	<u>279.740</u>
Total do ativo		<u>1.705.699</u>	<u>1.692.181</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.705.699</u>	<u>1.692.181</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	675.487	631.939
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(8.408)	(30.058)
Serviços		(67.923)	(35.003)
Custo da outorga		(12.053)	(10.932)
Depreciação e amortização	10 e 11	(213.314)	(153.327)
Custo com pessoal		(30.172)	(27.870)
(Provisão) reversão de manutenção	15	(27.219)	5.639
Materiais, equipamentos e veículos		(13.790)	(9.684)
Outros		(7.153)	(6.157)
		<u>(380.032)</u>	<u>(267.392)</u>
Lucro bruto		<u>295.455</u>	<u>364.547</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(6.564)	(6.085)
Serviços		(17.639)	(13.701)
Materiais, equipamentos e veículos		(908)	(741)
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.645)	(1.848)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários		2.129	(1.219)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.548)	(2.649)
Ressarcimento ao usuário		-	(1.975)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(442)	(716)
Provisão para perda esperada - contas a receber e outros créditos		(29)	(8)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(2.340)	(364)
Indenização civil		(2.466)	-
Outros		(3.344)	(1.914)
		<u>(35.796)</u>	<u>(31.220)</u>
Outros resultados operacionais		<u>730</u>	<u>2.379</u>
Resultado antes do resultado financeiro		260.389	335.706
Resultado financeiro	18	<u>(71.909)</u>	<u>(51.828)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		188.480	283.878
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(59.587)</u>	<u>(92.702)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>128.893</u>	<u>191.176</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	128.893	191.176
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>128.893</u>	<u>191.176</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	205.225	13.677	-	48.263	-	267.165
Distribuição de dividendos em 23 de abril de 2020	-	-	-	(48.263)	-	(48.263)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	191.176	191.176
Reserva legal	-	9.559	-	-	(9.559)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de novembro de 2020	-	-	-	-	(120.229)	(120.229)
Juros sobre capital próprio (líquido)	-	-	-	-	(8.593)	(8.593)
Juros sobre capital próprio (IRRF)	-	-	-	-	(1.516)	(1.516)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	42.664	(42.664)	-
Reserva de retenção de lucro	-	-	8.615	-	(8.615)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	205.225	23.236	8.615	42.664	-	279.740
Distribuição de dividendos em 26 de abril de 2021	-	-	(8.615)	(42.664)	-	(51.279)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	128.893	128.893
Reserva legal	-	6.445	-	-	(6.445)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 25 de novembro de 2021	-	-	-	-	(82.829)	(82.829)
Juros sobre Capital Proprio em 26 de abril de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(2.168)	(2.168)
Juros sobre Capital Proprio em 26 de abril de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(383)	(383)
Juros sobre Capital Proprio em 30 de julho de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(2.634)	(2.634)
Juros sobre Capital Proprio em 30 de julho de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(465)	(465)
Juros sobre Capital Proprio em 30 de setembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(2.864)	(2.864)
Juros sobre Capital Proprio em 30 de setembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(506)	(506)
Juros sobre Capital Proprio em 23 de dezembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(3.124)	(3.124)
Juros sobre Capital Proprio em 23 de dezembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(551)	(551)
Reserva de retenção de lucro	-	-	26.924	-	(26.924)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	205.225	29.681	26.924	-	-	261.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	128.893	191.176
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.155)	(15.622)
Depreciação e amortização	214.699	154.916
Depreciação - arrendamento mercantil	260	259
Baixa do ativo imobilizado e intangível	144	788
Capitalização de custo das debêntures	(786)	(1.009)
Juros e variação monetária sobre debêntures	74.229	58.643
Rendimento de aplicação financeira	3.283	-
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	27.219	(5.639)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	526	193
Provisão para perda esperada - contas a receber e outros créditos	29	8
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.205	2.953
Juros e variação monetária com partes relacionadas	2.539	1.738
Resultado de operações com derivativos e valor justo de debêntures (<i>fair value option</i>)	(2.531)	(2.974)
Pis e cofins diferidos	-	68
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	1	3
Reversão do ajuste a valor presente do passivo de arrendamento	51	36
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	410	1.101
	310.123	195.462
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(9.308)	821
Contas a receber - partes relacionadas	(38)	-
Tributos a recuperar	97	540
Adiantamento a fornecedores	23	167
Depósitos judiciais, despesas antecipadas e outros créditos	(27.356)	(22.741)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	1.978	(8.412)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	5.832	349
Obrigações sociais e trabalhistas	1.564	(3.416)
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	70.407	97.365
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(75.575)	(87.476)
Obrigações com o poder concedente	56	111
Realização da provisão de manutenção	(190)	(6.516)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(3.744)	(2.835)
Pis e cofins diferidos	158	-
Cessão onerosa - pagamento principal	(37.999)	(24.269)
Outras contas a pagar	(3.188)	6.487
	361.733	336.813
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do ativo imobilizado	(4.543)	(4.450)
Adições ao ativo intangível	(271.998)	(31.298)
Outros de ativo imobilizado e intangível	354	894
Aplicações financeiras líquidas de resgate	1.486	56.749
	(274.701)	21.895
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações	964.128	427.582
Pagamento de principal	(937.103)	(504.628)
Pagamento de juros	(47.552)	(68.835)
Mútuos		
Captações	355.000	-
Pagamento de principal	(357.644)	-
Passivo de arrendamento (pagamento de principal e juros)	(302)	(283)
Liquidação de operações com derivativos	(218)	51.430
Dividendos e JCP pagos a acionistas controladores	(144.898)	(177.085)
	(168.589)	(271.819)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
	(81.557)	86.889
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	161.008	74.119
No final do exercício	79.451	161.008
	(81.557)	86.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 18 de setembro de 2028, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O contrato de concessão da Companhia não contém opção de renovação.

Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual se comprometeu a pagar a quantia de R\$ 81.530, sendo R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor original de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 9 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora CCR S.A. por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora CCR S.A. reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 4 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Em 4 de junho de 2020, o Estado de São Paulo interpôs recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça questionando unicamente a destinação de valores a título de doação à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com o objetivo de destinar para os cofres do Estado tais quantias, sendo este o único tema pendente de definição. Em 3 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento na 2ª Turma do STJ, tendo o mérito do recurso interposto pelo Estado de São Paulo sido desprovido para manter a destinação original dos valores doados, conforme definido no Termo de Autocomposição. Aguarda-se o trânsito em julgado dessa decisão.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a Controladora CCR S.A. e a Companhia, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

A Companhia e sua Controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

1.2 Acordo preliminar

Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 ao contrato de concessão da Companhia com o Estado de São Paulo, para os seguintes objetos:

- Pagamento do valor total de R\$ 263.000 pela Companhia, decorrente de recálculo dos Termos Aditivos de 2006, reconhecendo, de forma irrevogável e irretroatável, a ocorrência de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Poder Concedente. O pagamento, considerado condição de eficácia para celebração do referido acordo, foi realizado em 14 de julho de 2021; e
- Foi preservado o prazo de vigência do contrato de concessão da Companhia estabelecido nos TAMs de 2006 e subsequentes.

O acordo implica no encerramento das ações judiciais por parte do Poder Concedente e da Companhia, descritas na nota explicativa 1.4, relativamente às demandas de anulação do TAM do ano de 2006 e do reajuste tarifário de 2013. Além disso, ficou estabelecido o IPCA como índice de reajuste da tarifa a partir de 2022.

Está definido o prazo de nove meses, contados da data de assinatura do acordo, para a ARTESP confirmar os cálculos dos desequilíbrios econômico-financeiros favoráveis tanto ao Poder Concedente quanto à Companhia, observando as premissas, diretrizes e metodologias de cálculo previstas no instrumento.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3 Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

1.4 Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

O Estado de São Paulo e a Companhia discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 14/06 (“TAM”), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, mencionado no item 1.3 acima, a Companhia requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 17 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos. Aguarda-se a execução dos honorários devidos ao Estado de São Paulo e ARTESP.

ii. Reajuste Tarifário 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, mencionado no item 1.3 acima, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Em 15 de outubro de 2021, foi deferido o pedido de suspensão do feito por 6 meses.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da concessionária, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1016435-77.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, mencionado no item 1.3 acima, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 15 de outubro de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses.

A administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- **Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados**

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- **Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios**

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 11.

- **Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”**

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

p) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08, CPC 40 e CPC 11

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento

g) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2n Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 11 Intangível e infraestrutura em construção
- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 15 Provisão de manutenção
- 19 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9 e 19.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	428.643	296.355	255.731	362.290	328.140
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	6.982	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	16.187	2.053	-	-	-
Cessão onerosa - partes relacionadas	4.848	-	-	-	-
Obrigações com poder concedente	1.139	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 258.580, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	3.467	3.446
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	75.984	157.562
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>79.451</u></u>	<u><u>161.008</u></u>

Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	13.850	18.619
Total - Aplicações financeiras	<u><u>13.850</u></u>	<u><u>18.619</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a. (100,71% do CDI, equivalente a 2,67% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***7. Contas a receber**

	2021	2020
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	51.641	42.327
Receitas acessórias (b)	62	68
	<u>51.703</u>	<u>42.395</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(39)	(10)
	<u>51.664</u>	<u>42.385</u>

Idade de vencimento dos títulos

	2021	2020
Créditos a vencer	51.660	42.343
Créditos vencidos até 60 dias	4	21
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	21
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	4	7
Créditos vencidos há mais de 180 dias	35	3
	<u>51.703</u>	<u>42.395</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	188.480	283.878
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(64.083)	(96.519)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(521)	(307)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(96)	(84)
Incentivo relativo ao imposto de renda	769	748
Juros sobre capital próprio	4.317	3.437
Outros ajustes tributários	27	32
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(59.587)</u>	<u>(92.693)</u>
Impostos correntes	(70.742)	(108.324)
Impostos diferidos	11.155	15.622
	<u>(59.587)</u>	<u>(92.702)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>31,61%</u>	<u>32,66%</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2020	Reconhecido no resultado	2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	124	536	660	660	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	17	10	27	27	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3.899	(724)	3.175	3.175	-
Resultado de operações com derivativos	103	(339)	(236)	-	(236)
Provisão de manutenção	798	9.366	10.164	10.164	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(41.428)	25.084	(14.731)	-	(14.731)
Diferenças temporárias (b)	-	(4.459)	(4.459)	-	(4.459)
Provisão para fornecedores	13	(11)	2	2	-
Atualização monetária - depósitos judiciais (caixa)	(1.181)	(1.106)	(2.287)	-	(2.287)
Arrendamento mercantil - CPC 06	6	4	9	10	(1)
Capitalização de juros	-	(17.636)	(17.636)	-	(17.636)
Custo de transação de debêntures	-	(1.634)	(1.634)	-	(1.634)
Leasing financeiro	-	(1)	-	-	-
Valor justo com operações de <i>hedge</i> e debêntures	-	157	157	15.541	(15.384)
Tributos com exigibilidade suspensa de Pis e Cofins	-	426	426	426	-
Outros	131	(131)	-	-	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(37.518)	9.542	(26.363)	30.005	(56.368)
Compensação de imposto	-	-	-	(30.005)	30.005
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(37.518)	9.542	(26.363)	-	(26.363)

	2019	Reconhecido no resultado	2020		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.054	(930)	124	124	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	14	3	17	17	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	3.485	414	3.899	3.899	-
Resultado de operações com derivativos	(15.628)	15.731	103	103	-
Provisão de manutenção	4.865	(4.067)	798	798	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(46.300)	4.872	(41.428)	15.286	(56.714)
Provisão para fornecedores	-	13	13	13	-
Atualização monetária - depósitos judiciais (caixa)	(711)	(470)	(1.181)	-	(1.181)
Arrendamento mercantil - CPC 06	2	4	6	6	-
Outros	79	52	131	131	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(53.140)	15.622	(37.518)	20.377	(57.895)
Compensação de imposto	-	-	-	(20.377)	20.377
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(53.140)	15.622	(37.518)	-	(37.518)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de debêntures e notas promissórias capitalizado; e
- (b) R\$ 1.613 refere-se a ajuste valor presente sobre outorga variável e R\$ 2.846 refere-se a amortização de ágio.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***9. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos		
	2021			2021		
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado	Despesas Financeiras	Ativo	Passivo	
			Contas a receber	Cessão onerosa	Contas a pagar	
Controladora indireta						
CCR S.A	6.241 (a)	-	2.005 (j)	7 (c)	-	6.834 (a)
Outras partes relacionadas						
ViaLagos	-	89 (k)	-	-	-	89 (k)
AutoBAn	-	-	-	-	-	1 (j)
ViaOeste	-	-	-	39 (c)	-	11 (c)
RodoAnel	-	-	534 (f)	10 (c)	4.848 (f)	-
CPC	10.473 (b)	-	-	-	-	-
Samm	418 (e)	-	-	-	-	37 (e)
MSVia	-	-	-	-	-	3 (c)
Instituto CCR	1.095 (g)	-	-	-	-	-
Bloco sul	-	-	-	3 (c)	-	7 (c)
Total	18.227	89	2.539	59	4.848	6.982

	Transações				Saldos		
	2020				2020		
	custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	custos e despesas de pessoal e	Despesas Financeiras	Ativo	Passivo	
				Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar	
Controladora indireta							
CCR S.A	2.729 (a)	-	-	-	3 (c)	-	238 (a)
Outras partes relacionadas							
COR	-	-	-	-	6 (c)	-	3 (c)
AutoBan	-	-	-	-	2 (c)	-	10 (c)
ViaOeste	-	-	54 (i)	-	3 (c)	-	76 (c)
RodoAnel	-	-	-	1.738 (f)	2 (c)	42.952 (f)	4 (c)
CPC	7.225 (b)	104 (h)	-	-	4 (c)	-	602 (b)
Samm	443 (e)	-	-	-	-	-	37 (e)
Instituto CCR	195 (g)	-	-	-	-	-	-
ViaSul	-	-	-	-	1 (c)	-	180 (c)
RodoAvaré	-	21.240 (d)	-	-	-	-	-
Total	10.592	21.344	54	1.738	21	42.952	1.150

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração: (I)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.074	1.088
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	818	185
(Reversão)/ complemento de PPR do ano anterior pago no ano	(82)	111
Previdência privada	60	54
Seguro de vida	2	2
	<u>1.872</u>	<u>1.440</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração dos administradores (I)	892	745

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 13 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.800, a qual não inclui os encargos sociais.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS (*Global Business Services*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (d) Prestação de serviços para execução de obras viárias, trevos, obras de arte especiais e passarelas para duplicação do trecho situado entre o km 254+280 e o km 262+420 da Rodovia João Mellão (SP255), no trecho urbano de Avaré. Em 09 de junho de 2020, foi firmado o Termo de acordo e quitação entre as partes, finalizando discussões jurídicas que vinham sendo tratadas. No acordo a concessionária se comprometeu a pagar ao Consórcio Avaré o montante de R\$ 21.240 bruto de impostos (atualizado pelo IPCA), referente a reequilíbrio contratual e o mesmo foi pago no mês de junho de 2020;
- (e) Prestação de serviço de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês subsequente ao do faturamento;

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (f) Refere-se à cessão de créditos de prejuízos e bases negativas do RodoAnel Oeste para a Companhia, conforme permitido pelo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela lei nº 13.496/2017, remunerado à variação acumulada de 120,89% do CDI, com vencimento em 20 de abril de 2022. Os pagamentos de juros serão trimestrais e o principal está sendo pago anualmente desde 20 de abril de 2020;
- (g) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (h) Refere-se a contratação da CCR – GBS (*Global Business Services*) para planejamento e elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, com vigência até 31 de janeiro de 2021. Cujas notas fiscais serão emitidas até o dia 20 de cada mês anterior ao vencimento da parcela, essas últimas que possuem vencimento bimestral;
- (i) Refere-se a reembolso de custas processuais pagas indevidamente pela Companhia;
- (j) Contrato de mútuo remunerado pelo CDI + 2,48% a.a., liquidado no vencimento, em 2 de setembro de 2021;
- (k) Compra de ativo imobilizado; e
- (l) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração, conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		3.430	-	(9)	387	3.808
Máquinas e equipamentos		22.923	-	(42)	1.769	24.650
Veículos		13.322	-	(1.187)	1.543	13.678
Instalações e edificações		609	-	-	-	609
Terrenos		126	-	-	-	126
Equipamentos operacionais		43.364	-	(150)	2.847	46.061
Imobilizado em andamento		8.556	4.920	(92)	(6.676)	6.708
Total custo		92.330	4.920	(1.480)	(130)	95.640
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	12	(2.440)	(247)	7	-	(2.680)
Máquinas e equipamentos	12	(16.746)	(1.689)	38	-	(18.397)
Veículos	25	(9.294)	(2.045)	1.152	-	(10.187)
Instalações e edificações	5	(564)	(7)	-	-	(571)
Equipamentos operacionais	12	(28.290)	(3.719)	141	-	(31.868)
Total depreciação		(57.334)	(7.707)	1.338	-	(63.703)
Total geral		34.996	(2.787)	(142)	(130)	31.937

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Taxa média anual de depreciação %	2019			2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.406	-	-	24	-	3.430
Máquinas e equipamentos		22.298	-	-	672	(47)	22.923
Veículos		16.047	-	(4.185)	1.460	-	13.322
Instalações e edificações		609	-	-	-	-	609
Terrenos		126	-	-	-	-	126
Equipamentos operacionais		42.163	-	-	1.201	-	43.364
Imobilizado em andamento		7.128	4.800	(5)	(3.367)	-	8.556
Total custo		91.777	4.800	(4.190)	(10)	(47)	92.330
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(2.208)	(232)	-	-	-	(2.440)
Máquinas e equipamentos	11	(14.915)	(1.831)	-	-	-	(16.746)
Veículos	25	(10.535)	(2.161)	3.402	-	-	(9.294)
Instalações e edificações	5	(555)	(9)	-	-	-	(564)
Equipamentos operacionais	12	(24.252)	(4.038)	-	-	-	(28.290)
Total depreciação		(52.465)	(8.271)	3.402	-	-	(57.334)
Total geral		39.312	(3.471)	(788)	(10)	(47)	34.996

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das debêntures no montante de R\$ 377 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 350 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média de capitalização em 2021 e 2020 foram, respectivamente, 5,41% a.a. e 4,03% a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível; e
(b) Refere-se a sinistro.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2020			2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)		Saldo final
					Outros (b)		
Valor de custo							
Direito da concessão		1.138.254	-	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.290.905	263.000 (e)	-	985	(301)	1.554.589
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		2.947	734	(2)	(1.401)	-	2.278
Direitos de uso de sistemas informatizados		10.885	-	-	1.531	-	12.416
Total custo		2.442.991	263.734	(2)	1.115	(301)	2.707.537
Valor de amortização							
Direito da concessão	(*)	(524.225)	(69.865)	-	-	-	(594.090)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(539.741)	(136.634) (e)	-	-	-	(676.375)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(10.085)	(493)	-	-	-	(10.578)
Total amortização		(1.074.051)	(206.992)	-	-	-	(1.281.043)
Total intangível		1.368.940	56.742	(2)	1.115	(301)	1.426.494
Infraestrutura em construção (d)		789	8.673	-	(985)	(57)	8.420

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direito da concessão		1.138.254	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.253.080	-	39.682	(1.857)	1.290.905
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.621	1.326	-	-	2.947
Direitos de uso de sistemas informatizados		10.885	-	10	(10)	10.885
Total custo		2.403.840	1.326	39.692	(1.867)	2.442.991
Valor de amortização						
Direito da concessão	(*)	(457.596)	(66.629)	-	-	(524.225)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(460.489)	(79.252)	-	-	(539.741)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.321)	(764)	-	-	(10.085)
Total amortização		(927.406)	(146.645)	-	-	(1.074.051)
Total intangível		1.476.434	(145.319)	39.692	(1.867)	1.368.940
Infraestrutura em construção		9.840	30.631	(39.682)	-	789

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das debêntures no montante de R\$ 409 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 659 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média de capitalização em 2021 e 2020 foram, respectivamente, 5,41% a.a. e 4,03% a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível;
- (b) R\$ 354 refere-se a desapropriações e R\$ 4 refere-se à caução;
- (c) No exercício de 2020, R\$ 1.010 refere-se a caução, R\$ 755 refere-se a sinistro, R\$ 92 refere-se a desapropriações e R\$ 10 refere-se a crédito de IRRF;
- (d) Do montante total de R\$ 8.240, R\$ 6.860 refere-se à elaboração de projetos, análises e estudos para a revitalização dos viadutos I e II da Serra de Botucatu, Pista Leste;
- (e) Refere-se ao pagamento de R\$ 263.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início do prazo estendido da concessão definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 36.987, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 226.013 (na data de ativação), será amortizada até o prazo final da concessão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 1.2 – Acordo preliminar.

12. Arrendamento mercantil**a. Direito de uso em arrendamento**

	2020		2021	
	Saldo inicial	Adições / Remensuração	Depreciação	Saldo final
Máquinas e equipamentos	103	-	(46)	57
Veículos	499	(29)	(204)	266
Instalações e edificações	78	-	(10)	68
	680	(29)	(260)	391

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b. Passivo de arrendamento**

	2020		2021			
	Saldo inicial	Adições / Remensuração	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo final
Circulante	297	-	52	(302)	251	298
Não circulante	406	(29)	(1)	-	(251)	125
	<u>703</u>	<u>(29)</u>	<u>51</u>	<u>(302)</u>	<u>-</u>	<u>423</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa nominal de 7,08% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 76 (R\$ 779 em 31 de dezembro de 2020), decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	2021
2023	75
2024	10
2025	9
2026	9
2027 em diante	<u>22</u>
	<u>125</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***13. Debêntures**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2021	Vencimento Final	2021	2020
1. 6ª Emissão - Série única (c)	115% do CDI	0,0460% (b)	1.291	-	Agosto de 2022	318.555	667.854 (d) (f)
2. 7ª Emissão - Série única	CDI + 0,81% a.a.	1,0062% (a)	598	-	Agosto de 2021	-	156.534 (e)
3. 8ª Emissão - Série única	CDI + 3,90% a.a	4,1049% (a)	2.418	-	Abril de 2023	-	433.681 (f)
4. 9ª Emissão - Série única	CDI + 2% a.a	2,0026% (a)	4.074	3.137	Março de 2026	498.522	- (f)
5. 10ª Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a	1,9281% (a)	1.594	1.670	Agosto de 2026	493.937	- (f)
Total geral				<u>4.807</u>		<u>1.311.014</u>	<u>1.258.069</u>
						2021	2020
Circulante							
Debêntures						344.015	562.776
Valor justo						1.807	5.279
Custos de transação						(1.664)	(995)
						<u>344.158</u>	<u>567.060</u>
Não Circulante							
Debêntures						969.999	694.836
Valor justo						-	(2.715)
Custos de transação						(3.143)	(1.112)
						<u>966.856</u>	<u>691.009</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.

Garantias:

- (d) Aval / fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária direta/indireta não remunerado.
- (e) Não existem garantias.
- (f) Fiança corporativa da Controladora CCR S.A., não remunerado. Em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão não remunerado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2021
2023	196.000
2024	176.400
2025	298.800
2026 em diante	298.799
(-) Custos de transação	<u>(3.143)</u>
Total	<u>966.856</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 07 de agosto de 2018, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 1.100.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos.

As debêntures são remuneradas à taxa de 115% do CDI. Na hipótese da Companhia, durante a vigência das debêntures, obter o registro de Companhia aberta perante a CVM, os juros remuneratórios serão reduzidos para 113% do CDI.

O principal e juros estão sendo pagos nas mesmas datas, em 8 parcelas semestrais e consecutivas, desde 15 de fevereiro de 2019 até 15 de agosto de 2022, conforme percentual definido na escritura de emissão.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva. A condição suspensiva entrará automaticamente em vigor nas seguintes hipóteses: (a) término do prazo de concessão, em data anterior à data de vencimento das debêntures; (b) em razão de decisão judicial exequível desfavorável à emissora proferida no âmbito de qualquer das seguintes ações: (i) Ação Declaratória nº 1013617-60.2014.8.26.0053, ajuizada pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP contra a emissora, visando a anulação do Termo Aditivo Modificativo nº 14 do contrato de concessão; ou (ii) Ação Declaratória nº 1014593-67.2014.8.26.0053, ajuizada pela emissora contra o Estado de São Paulo e a ARTESP visando a declaração de validade, eficácia e existência do referido termo; ou ainda (c) no âmbito de qualquer outra ação judicial que seja considerada conexa em relação as ações acima mencionadas, caso em que as debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da lei nº 6.404/1976 e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia seja superior a 4, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures, a qualquer momento, considerando um prêmio de 0,3% a.a., aplicado de forma *pro-rata*, pelo prazo a decorrer da data do resgate até a data de vencimento, incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures.

Em 31 de julho de 2020, a Companhia contratou uma operação de *swap* com o Banco Santander, trocando 100% do fluxo da dívida de 115% do CDI para CDI + 0,405% a.a.

2. Em 18 de agosto de 2021, ocorreu a liquidação desta emissão.
3. Em 1º de abril de 2021, ocorreu a liquidação antecipada desta emissão.
4. Em 29 de março de 2021, foi realizada a 9ª emissão de debêntures simples, no valor nominal de R\$ 490.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos.
As debêntures são remuneradas pelo CDI + 2,00% a.a.. O principal será amortizado em 7 parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 29 de março de 2023 até 29 de março de 2026, conforme percentuais definidos na escritura de emissão. Os juros serão pagos em parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 29 de setembro de 2021.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva. A condição suspensiva entrará automaticamente em vigor nas seguintes hipóteses: (a) término do prazo de concessão, em data anterior à data de vencimento das debêntures; (b) em razão de decisão judicial exequível desfavorável à emissora proferida no âmbito de qualquer das seguintes ações: (i) Ação Declaratória nº 1013617-60.2014.8.26.0053, ajuizada pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP contra a emissora, visando a anulação do Termo Aditivo Modificativo nº 14 do contrato de concessão; ou (ii) Ação Declaratória nº 1014593-67.2014.8.26.0053, ajuizada pela emissora contra o Estado de São Paulo e a ARTESP visando a declaração de validade, eficácia e existência do referido termo; ou ainda (c) no âmbito de qualquer outra ação judicial que seja considerada conexa em relação às ações acima mencionadas, caso em que as debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da lei nº 6.404/1976 e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a 4, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura. Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures, a partir de 30 de março de 2022, pelo saldo devedor, com acréscimo de prêmio, conforme escritura.

5. Em 2 de agosto de 2021, ocorreu a 10ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos.

O valor da emissão foi de R\$ 480.000, com remuneração de CDI + 1,85% a.a.. O principal será amortizado em 2 parcelas anuais e consecutivas, em 2 de agosto de 2025 e 2 de agosto de 2026, conforme percentuais definidos na escritura de emissão. Os juros serão pagos em parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 2 de fevereiro de 2022.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A condição suspensiva entrará automaticamente em vigor nas seguintes hipóteses: (a) término do prazo de concessão, em data anterior à data de vencimento das debêntures; (b) em razão de decisão judicial exequível desfavorável à emissora proferida no âmbito de qualquer das seguintes ações: (i) Ação Declaratória nº 1013617-60.2014.8.26.0053, ajuizada pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP contra a emissora, visando a anulação do Termo Aditivo Modificativo nº 14 do contrato de concessão; ou (ii) Ação Declaratória nº 1014593-67.2014.8.26.0053, ajuizada pela emissora contra o Estado de São Paulo e a ARTESP visando a declaração de validade, eficácia e existência do referido termo; ou ainda (c) no âmbito de qualquer outra ação judicial que seja considerada conexa em relação às ações acima mencionadas, caso em que as debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da lei nº 6.404/1976 e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a 4, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures, a partir de 2 de fevereiro de 2024 e deverá ser acrescido prêmio correspondente 0,30% a.a., pelo prazo remanescente entre a data do resgate antecipado facultativo e a data de vencimento, calculado de acordo com fórmula descrita na escritura.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020		2021			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	6.244	4.117	(4.120)	(2.780)	259	3.720
Trabalhistas e previdenciários	975	892	(343)	(964)	34	594
Tributários	4.250	659	-	-	117	5.026
	<u>11.469</u>	<u>5.668</u>	<u>(4.463)</u>	<u>(3.744)</u>	<u>410</u>	<u>9.340</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cíveis e administrativos	1.652	5.649
Trabalhistas e previdenciárias	170	743
Tributárias (a) (b) (c) (d)	<u>1.066.187</u>	<u>919.285</u>
	<u>1.068.009</u>	<u>925.677</u>

Os principais processos relativos a questões tributárias são:

- (a) Em 21 de novembro de 2017, a Companhia ajuizou medida cautelar nº 5003802-06.2017.4.03.6110, perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba – SP, contra a União Federal, para oferecer garantia (seguro judicial) relativa a supostos débitos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 254.087 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 224.330 em 31 de dezembro de 2020), oriundos de despesas de amortização de ágio (direito de concessão gerado na aquisição da Companhia) nos anos-calendário 2014 a 2017, decorrentes da operação de aquisição do investimento na Companhia realizada entre partes independentes, com comprovação de pagamento de preço e laudo de avaliação atendendo à lei societária, seguida de incorporação reversa. A liminar foi concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 12 de janeiro de 2018, referente à aceitação da garantia bancária. Em 07 de março de 2018, a Companhia ajuizou ação pleiteando a anulação dos referidos débitos tributários, bem como a declaração do direito à amortização fiscal das referidas despesas para os anos-calendários futuros. A União contestou a ação, sendo que a Companhia, em sequência, apresentou a sua réplica. Em 25 de setembro de 2019, foi determinada a realização de perícia judicial. Aguarda-se a apresentação de estimativa de honorários por parte do perito judicial. Além da garantia dos débitos representada pelo seguro, a Companhia vem também procedendo com depósitos judiciais da parcela controvertida relativa aos fatos geradores ocorridos no curso da ação judicial cujo total em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 89.912 (R\$ 60.985 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia foi notificada da lavratura de auto de infração por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, oriundas de (i) amortização de ágio, (ii) despesas financeiras incorridas com a emissão de debêntures, e (iii) multas isoladas relativas às diferenças no cálculo das estimativas mensais. Em 16 de janeiro de 2018, a Companhia apresentou a impugnação, na qual informou que os débitos referentes à amortização do ágio foram incluídos no PERT (lei nº 13.496/2017), já consolidado, tendo contestado a parcela referente à glosa das despesas financeiras e multas isoladas, correspondente ao valor total atualizado de R\$ 282.712, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 274.779 em 31 de dezembro de 2020). Em 12 de novembro de 2018, a Companhia foi notificada da decisão de 1ª instância administrativa, a qual deu parcial provimento à impugnação da Companhia para redução do débito em discussão na parcela correspondente à qualificação da multa, reduzindo o débito atualizado em discussão para R\$ 165.229 (R\$ 160.996 em 31 de dezembro de 2020). Referida redução está sujeita ao recurso de ofício a ser apreciado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Por sua vez, a Companhia também recorreu ao CARF defendendo a dedutibilidade das despesas glosadas pela fiscalização. Aguarda-se a apreciação dos recursos de ofício e voluntário.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (c) Em 03 de setembro de 2019, a Companhia foi notificada da lavratura de auto de infração, por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, acrescidas de multa de ofício qualificada (150%), multas isoladas e de juros de mora, decorrentes da glosa de despesas incorridas com o pagamento de comissão e juros de debêntures emitidas, correspondente ao valor atualizado de R\$ 169.889 (R\$ 164.733 em 31 de dezembro de 2020). Em 02 de outubro de 2019, a Companhia apresentou a impugnação contestando a glosa das referidas despesas financeiras bem como da aplicação das multas qualificadas e isoladas. Em 12 de maio de 2021, a Companhia foi intimada de decisão dando parcial provimento à impugnação, apenas para reduzir a multa de ofício para 75%. Referida redução está sujeita ao recurso de ofício a ser apreciado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Em 10 de junho de 2021, foi interposto recurso voluntário. Aguarda-se a apreciação dos recursos de ofício e voluntário.
- (d) Em 08 de dezembro de 2020, a Companhia foi notificada da lavratura de auto de infração, por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendário de 2015 e 2016, acrescidas de multa de ofício, multas isoladas e de juros de mora, correspondente ao valor atualizado de R\$ 264.295 (R\$ 255.442 em 31 de dezembro de 2020), posteriormente complementado por auto de infração lavrado para exigir a diferença entre a multa punitiva simples (75%) e a qualificada (150%), correspondente ao valor atualizado de R\$ 95.201 (R\$ 91.276 em 31 de dezembro de 2020), totalizando, portanto, o montante de R\$ 359.497 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 346.718 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes da glosa de despesas incorridas com o pagamento de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 12 de janeiro de 2021, a Companhia apresentou a impugnação contestando a glosa das referidas despesas financeiras, bem como, posteriormente, a relativa à aplicação das multas qualificadas e isoladas. Em 19 de julho de 2021, a Companhia foi intimada de decisão negando provimento à impugnação. Em 17 de agosto de 2021, foi interposto recurso voluntário. Referida autuação compreende a glosa de despesas financeiras incorridas com as debêntures da 4ª e 5ª emissão, sendo que a controlada continuou a deduzir despesas referentes a tais emissões nos anos-calendário 2017 e 2020, o que ocasionou a redução do IRPJ e CSLL devidos no período no montante de R\$ 84.415. Em 27 de agosto de 2021, a Companhia foi intimada de decisão negando provimento à impugnação apresentada no tocante à qualificação da multa. Em 24 de setembro de 2021, foi interposto recurso voluntário. Inexiste questionamento das autoridades fazendárias em relação a tais despesas deduzidas nos anos-calendário 2017 a 2020 até o momento.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 90.910 (R\$ 52.506 em 31 de dezembro de 2020).

15. Provisão de manutenção

	2020	2021			
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	971	(831)	50	(190)	-
Não circulante	1.375	28.050	476	-	29.901
	<u>2.346</u>	<u>27.219</u>	<u>526</u>	<u>(190)</u>	<u>29.901</u>

As taxas anuais de 2021 e 2020, para o cálculo do valor presente, são de 7,08% a.a. e 6,49% a.a., respectivamente.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária de 2022.

d. Juros sobre capital próprio

Em 31 de março de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 2.551, pagos em 26 de abril de 2021.

Em 28 de junho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de março de 2021, no montante de R\$ 3.099, pagos em 30 de julho de 2021.

Em 30 de setembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 3.370, pagos em 30 de setembro de 2021.

Em 16 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 3.675, pagos em 23 de dezembro de 2021.

Os juros sobre capital próprio serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2021.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 13 de abril de 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos à conta de Dividendos adicionais propostos do exercício de 2020 no montante de R\$ 42.664, correspondente a R\$ 0,20789 por ação e o saldo constituído como “Reserva de Retenção de Lucros” em 31 de dezembro de 2020, foi também, distribuído como dividendos adicionais no montante de R\$ 8.615, correspondente a R\$ 0,04198 por ação. Ambos os pagamentos ocorreram em 26 de abril de 2021.

	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	128.893
(-) Constituição de reserva legal	<u>(6.445)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>122.448</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>30.612</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	10.790
Total dos dividendos pagos	<u>82.829</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	93.619

17. Receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de pedágio	725.417	654.546
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	8.408	30.058
Receitas acessórias	4.906	4.619
Receita bruta	<u>738.731</u>	<u>689.223</u>
Impostos sobre receitas	(63.043)	(57.068)
Abatimentos	(201)	(216)
Deduções das receitas brutas	<u>(63.244)</u>	<u>(57.284)</u>
Receita líquida	<u>675.487</u>	<u>631.939</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***18. Resultado financeiro**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(74.229)	(55.254)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(2.539)	(1.738)
Variação monetária sobre debêntures	-	(4.269)
Perda com operações de derivativos	(1.264)	(7.439)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(526)	(193)
Capitalização de custos das debêntures	786	1.009
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	(748)	(3.595)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(4)	(4)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(51)	(36)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(4.613)	(1.271)
	<u>(83.188)</u>	<u>(72.790)</u>
Receitas Financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	-	880
Ganho com operações de derivativos	3.038	6.701
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	1.505	7.307
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.307	4.593
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	3	1
Juros e outras receitas financeiras	3.426	1.480
	<u>11.279</u>	<u>20.962</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(71.909)</u>	<u>(51.828)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	3.467	-	-	3.446	-	-
Aplicações financeiras	89.834	-	-	176.181	-	-
Contas a receber	-	51.664	-	-	42.385	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	59	-	-	21	-
Contas a receber - operações de derivativos	2.041	-	-	587	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(318.555)	-	(992.459)	(667.854)	-	(590.215)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(13.514)	-	-	(19.453)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(6.982)	-	-	(1.150)
Passivo de arrendamento	-	-	(423)	-	-	(703)
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(4.848)	-	-	(42.952)
Contas a pagar - operações de derivativos	-	-	-	(538)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(1.139)	-	-	(1.083)
	<u>(223.213)</u>	<u>51.723</u>	<u>(1.019.365)</u>	<u>(488.178)</u>	<u>42.406</u>	<u>(655.556)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas e cessão onerosa – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: (i) mútuos e cessão onerosa - partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas; e (ii) fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores (nível 2) justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Passivo de arrendamento e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	997.266	1.048.287	592.322	625.980

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-D).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 316.748 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 665.290 em 31 de dezembro de 2020), conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - <i>Swap</i>	Custo amortizado (a)
6ª Emissão - Série única	115,00% CDI	CDI + 0,4050%	316.748

(a) Valores brutos dos custos de transação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	89.834	176.181
Derivativos a receber	2.041	49
Debêntures a pagar	(318.555)	(667.854)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2021, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado				Resultado	
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda local		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Resultado	
				2021	2020	2021	2020	Recebidos/(Pagos)	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Posição ativa Santander	31/07/2020	15/08/2022 (2)	115% CDI	791.960	791.960	318.554	667.854	(218)	(38)	2.041	587	-	(538)	1.774	11
Posição passiva			CDI+0,4050%			(316.512)	(667.805)								
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2021				791.960	791.960	2.042	49	(218)	(38)	2.041	587	-	(538)	1.774	11
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021				-	-	-	-	-	51.468	-	-	-	-	-	(749)
TOTAL DAS OPERAÇÕES				791.960	791.960	2.042	49	(218)	51.430	2.041	587	-	(538)	1.774	(738)
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE										2.041	-	-	(538)		
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE										-	587	-	-		

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nacional mencionado é a da vigente; e
 (2) Contrato possui vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Riscos de juros	1.774	(738)
Total	1.774	(738)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ^{(4) (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2022	316.748	(20.370)	(25.385)	(30.369)
Debêntures - 9ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Março de 2026	501.659	(56.615)	(68.268)	(79.920)
Debêntures - 10ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2026	495.607	(55.124)	(66.620)	(78.115)
Swap CDI x CDI (ponta ativa)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2022	(316.748)	20.370	25.385	30.369
Swap CDI x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2022	316.052	(18.438)	(22.761)	(27.050)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾		89.834	8.086	10.106	12.125
Efeito líquido				(122.091)	(147.543)	(172.960)
Efeito sobre as debêntures				(130.177)	(157.649)	(185.085)
Efeito sobre as aplicações financeiras				8.086	10.106	12.125
Total efeito de ganho (perda)				(122.091)	(147.543)	(172.960)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	9,15%	11,43%	13,72%
--------------------	-------	--------	--------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas.
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contrato de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente – outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder.

No decorrer do exercício de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.997 referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.821 no exercício de 2020).

b. Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contempla investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 16.018 (R\$ 16.259 em 31 de dezembro de 2020), refletindo o valor dos investimentos estabelecimentos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrio firmados com o Poder Concedente e atualizado anualmente pelo índice de reajuste tarifário.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	4	(1.010)
Tributos a recuperar	-	(10)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>4</u>	<u>(1.020)</u>
Outros ativos de imobilizado e intangível	(4)	1.020
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(4)</u>	<u>1.020</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Mútuo	Dividendos e JCP pagos	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo Inicial	(1.258.069)	-	-	49	(703)	(1.258.723)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Captações (líquidas dos custos de transação)	(964.128)	(355.000)	-	-	-	(1.319.128)
Pagamentos de principal e juros	984.655	357.644	-	-	302	1.342.601
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	218	-	218
Dividendos e JCP pagos	-	-	144.898	-	-	144.898
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	20.527	2.644	144.898	218	302	168.589
Outras variações						
Despesas com juros e variação monetária	(74.229)	(2.539)	-	-	-	(76.768)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	757	-	-	1.774	-	2.531
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	(51)	(51)
Outras variações que não afetam o caixa	-	-	(144.898)	-	29	(144.869)
Total das outras variações	(73.472)	(2.539)	(144.898)	1.774	(22)	(219.157)
Saldo Final	(1.311.014)	105	-	2.041	(423)	(1.309.291)

22. Eventos Subsequentes

• **Captação de debêntures**

Em 05 de fevereiro 2022, foi realizada a 11ª emissão de debêntures, no valor de 160.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos.

As debêntures serão remuneradas à taxa de CDI + 1,90%, com vencimento em 05 de fevereiro de 2027. Pagamento de juros semestral desde 05 de agosto de 2022.

Entre as principais cláusulas de restrição, a emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado, apurado anualmente seja maior que 4,5vezes.

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente do Conselho
Marcio Yassuhiro Iha	Conselheiro
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Conselheiro

Composição da Diretoria

José Salim Kallab Fraiha	Diretor Presidente
Rogério Cezar Bahú	Diretor de Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0